



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /x (.ª)

PERGUNTA Número 3379/x (4 .ª)

Expeça-se

Publique-se

22 / 07 / 2008

O Secretário da Mesa

Assunto: Sistema de vigilância da costa – Irregularidades na adjudicação do novo Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC)

Destinatário: Ministério da Administração Interna

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República

O Ministério da Administração Interna lançou um concurso, por convite, em 2007, para a aquisição de novos equipamentos – radares – de vigilância costeira. O concurso tem tido diversos percalços, tendo sido incumpridos os prazos e a respectiva adjudicação dos equipamentos.

De acordo com a informação disponível, os novos radares, que constituem o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), demorarão ainda cerca entre 17 meses e dois anos a ser instalados em todo o País, deixando a costa portuguesa sem a segurança e protecção necessárias.

Entretanto, como o concurso está a decorrer, a GNR não renovou o contrato de manutenção dos "velhos" radares, instalados há 20 anos. O contrato terminou em Dezembro de 2008 e, desde aí, os radares têm-se "apagado" pouco a pouco. As estatísticas oficiais da GNR já revelam consequências destas falhas na vigilância da costa: caíram os autos levantados relacionados com apreensões de droga por via marítima e não foi feita sequer nenhuma apreensão de cocaína, cujas redes passam

pela nossa costa.

Por seu lado, no passado mês de Maio, o secretário-geral do Sistema de Segurança Interna (SSI), Mário Mendes, admitia recorrer às Forças Armadas para reforçar a Unidade de Controlo Costeiro (UCC) da GNR na segurança da costa portuguesa. Em declarações à comunicação social, o Conselheiro Mário Mendes sublinhou ser "unanimemente reconhecida a sensibilidade da fronteira marítima no que toca a ameaças à segurança nacional". O secretário-geral manifestou-se preocupado e garantiu que "não vai deixar de acompanhar a situação", admitindo que "poderão ser tomadas medidas para a optimização dos meios geridos pela Marinha e pela Força Aérea para, através deles, suprir eventuais deficiências de meios logísticos atribuídos às forças segurança".

Face a estas notícias e afirmações públicas, o Ministério da Administração Interna, através do Secretário de Estado José Magalhães, veio declarar que tudo estava bem na vigilância costeira, e que as notícias vindas a público eram, nas suas palavras, "apocalípticas" e infundadas...

No entanto, vem agora o mesmo responsável governamental reconhecer que, afinal, o actual sistema de controlo da costa nacional tem graves falhas de segurança, invocando o interesse público, junto do Tribunal Administrativo, para a urgente conclusão do processo de adjudicação dos novos equipamentos de vigilância costeira.

Face exposto, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e da alínea d) do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, pergunto ao Governo, através do Ministério da Administração Interna:

- Qual é a situação actual – e real – do sistema nacional de vigilância costeira e quando é que se prevê a conclusão deste atribulado processo concursal de adjudicação de novos radares, de forma a estar em pleno funcionamento o novo



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC)?

Palácio de São Bento, 22 de Julho de 2009.

O Deputado do GP/PSD

(Luís Montenegro)